

An aerial photograph of a tropical landscape. In the foreground, a river with reddish-brown water flows through a lush green area. A small hut with a thatched roof is situated on the bank. The middle ground is dominated by a dense forest of tall palm trees. The background shows rolling green hills under a clear sky.

# MEIO AMBIENTE: UM OLHAR ECONÔMICO

Carlos Eduardo Young (org.)

((o))eco

## **Meio ambiente: um olhar econômico**

A transformação da economia através da incorporação dos princípios da sustentabilidade.

Organizado por:  
Carlos Eduardo Frickmann Young

((o))eco  
RIO DE JANEIRO  
2020

M514 Meio ambiente: um olhar econômico: a transformação da economia através da incorporação dos princípios da sustentabilidade / organizado por Carlos Eduardo Young; [textos Carlos Eduardo Frickmann Young, Priscila Geha Steffen e Marcio Alvarenga Junior]. - Rio de Janeiro: O Eco, 2020.

1 e-book.

ISBN 978-65-991626-0-2

1. Meio ambiente. 2. Economia ambiental. I. Young, Carlos Eduardo Frickmann. II. Steffen, Priscila Geha. III. Alvarenga Junior, Marcio. IV. Título

CDD 577

*Ficha elaborada por Elisa M. A. Corrêa, CRB-7 6314*

Organizado por:

Carlos Eduardo Frickmann Young (org.)

Textos:

Carlos Eduardo Frickmann Young, Priscila Geha Steffen e Marcio Alvarenga Junior

Projeto gráfico e diagramação:

Paulo André Vieira

Fotos:

Carlos Eduardo Frickmann Young

### **Associação ((o))eco**

Rua Álvaro Alvim, 48, apartamento 612, Centro - Rio de Janeiro, RJ

CEP: 20.031.010 - Fone (21) 2225 -7573

Rio de Janeiro, RJ. E-mail: [editor@oeco.org.br](mailto:editor@oeco.org.br)

<https://www.oeco.org.br/>

## Sumário

Introdução – 15 anos de colunas n(((o))) eco	1
Passado sem futuro	5
A formiga e o trator	11
Enquanto o PAC engorda, gastos ambientais estão estagnados	15
Código Florestal: Relatório de Viana desperdiça boa ideia	19
Fundamentos de uma política econômica verde para mudar o Brasil	24
Proposições de economia verde para sair da crise	30

## **Introdução – 15 anos de colunas n(((o))) eco**

*Carlos Eduardo Young*

Escrever para o público geral é sempre um grande desafio para quem se dedica ao mundo acadêmico. Resumir ideias complexas em cinco a dez mil caracteres requer um esforço considerável, ainda mais para cientistas sociais acostumados ao conforto das várias páginas que nos oferecem as publicações acadêmicas. Por outro lado, é extremamente prazeroso descobrir que suas ideias e descobertas vão além do reduzido número de pares que costumam frequentar nossos debates acadêmicos.

Mais gratificante ainda é, depois de algum tempo, retornar a esses textos e verificar que a mensagem segue atualizada. Nas Ciências Naturais, isso não é tão surpreendente. Mas a mutação permanente das relações políticas e sociais passa a sensação de que escrevemos sobre areia movediça quanto o tema é economia e políticas públicas.

Por isso, foi um enorme prazer escolher as colunas apresentadas nesse e-book. Retornar no tempo e verificar que as ideias apresentadas e os princípios defendidos ao longo dos últimos quinze anos permanecem válidos indica consistência e sustentabilidade na linha de ensino e pesquisa. Por outro lado, também traz a tristeza de saber que os problemas permanecem, e vários deles se agravaram. Às vezes, bate a sensação de “um passo pra frente, dois pra trás”. Mas devemos lembrar que não somos observadores isentos dos fenômenos sociais, ainda mais quando estamos emocionalmente envolvidos. A imensa lista de artigos e colunas d(((o))) eco é uma evidência de que, ao menos, a sensibilidade a esses problemas aumentou consideravelmente.

A primeira coluna escolhida, “Passado sem futuro”, marca a estreia da coluna, originalmente em parceria com a jornalista Priscila Geha Steffen. Publicada em maio de 2005, discute os determinantes econômicos do desmatamento. O artigo mostra a relação entre a expansão do cultivo de soja e o avanço das pastagens na fronteira agrícola. Como as razões estruturais desse processo não foram alteradas, as crises gêmeas do desmatamento e violência rural na ocupação de terras pela expansão da fronteira agrícola persistiriam periodicamente. As manchetes dos jornais de agora continuam demonstrando que essa relação permanece válida, infelizmente.

A segunda coluna, também em parceria com Priscila Steffen, chama-se “A formiga e o trator”, publicada em julho de 2005. O texto mostra, a partir do anúncio de extinção de uma espécie de formiga da Mata Atlântica, a importância econômica da biodiversidade e o custo que a extinção pode trazer. No momento em que escrevo, o Planeta sofre com a maior crise econômica causada por uma pandemia cuja origem foi exatamente o descuido com a biodiversidade. A coluna também faz referência a outro tema que permanece atual: o enorme subsídio governamental às atividades predatórias. Como diz o texto, “o lucro é privado, mas o prejuízo é coletivo”. A tragédia de 2020 nos faz ver que o tamanho desse prejuízo é muito maior do que se costuma supor.

A terceira coluna escolhida, “Enquanto o PAC engorda, gastos ambientais estão estagnados”, publicada em novembro 2011, inicia uma etapa de textos individuais. A coluna trata dos cortes orçamentários na área ambiental, um problema que vai se agravar ainda mais ao longo desta década. Como conclusão, vaticina que a qualidade da proteção ambiental deveria cair com os projetos que estavam sendo aprovados e, portanto, no futuro problemas ambientais sérios ocorreriam. Isso tudo escrito quando se iniciava a construção de Belo Monte, e antes dos desastres de Mariana e Brumadinho, do mega vazamento de óleo no Nordeste e um monte de outras tragédias ambientais que, infelizmente, foram se tornando cada vez mais frequentes.

A quarta coluna, “Código Florestal: Relatório de Viana desperdiça boa ideia”, publicada em dezembro de 2011, discute as mudanças no Código Florestal que, na época, ainda estavam em debate. Com um tom pessimista acerca das consequências da piora da legislação ambiental (que acabou efetivada), argumenta que isso inviabilizaria a proposta de instrumentos econômicos, como pagamentos por serviços ambientais. “A origem do equívoco é supor que os instrumentos econômicos para a gestão ambiental são substitutos dos mecanismos de comando e controle, quando na verdade são complementares”: o excessivo abrandamento dos requisitos legais de reserva florestal e a falta de recursos para os órgãos fiscalizadores reduziriam o interesse dos proprietários em déficit de florestas financiar a recuperação florestal em outras áreas. Assim, o pagamento por serviços ambientais seria “uma boa ideia desperdiçada pela forma equivocada de implementação”, como comprova a reduzidíssima escala de mercados de cotas de reserva ambiental e projetos de pagamento por serviços ambientais em 2020.

A quinta coluna, “Fundamentos de uma política econômica verde para mudar o Brasil”, foi escrita em setembro de 2014, durante a campanha eleitoral para a Presidência da República. A intenção era mostrar como seria possível uma guinada nos rumos da economia brasileira “através de um redirecionamento dos incentivos governamentais para setores identificados com a transição para o baixo carbono e pela adoção de princípios tributários que onerem os responsáveis pelo uso predatório dos recursos naturais e do meio ambiente”. Mas ressalta que a economia verde, onde a inclusão social e a conservação do meio ambiente atuam como motores da atividade e emprego, é um caminho possível, mas não automático, para o desenvolvimento. Como a política econômica adotada depois da eleição seguiu o rumo oposto do proposto nem a economia verde foi implementada nem o Brasil da crise. Pelo contrário, o país apresentou os piores indicadores de crescimento econômico registrados.

Por fim, o sexto texto, “Proposições de economia verde para sair da crise”, escrita em coautoria com Marcio Alvarenga Junior e publicada em junho de 2020, marca uma nova fase da coluna, agora sob a égide do Grupo de Pesquisa em Economia do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (GEMA – IE/UFRJ). A ideia é abrir o espaço para que outros pesquisadores também usem a coluna para divulgar seus trabalhos. No caso do texto escolhido, mostra que a pandemia exige respostas de estímulos econômicos: “A eclosão da crise econômica provocada pela COVID 19 abre uma janela de oportunidades para repactuarmos a nossa sociedade na direção de um modelo de desenvolvimento econômico sustentável, mais inclusivo e socialmente justo”. Infelizmente, mais uma vez, tudo indica que será mais oportunidade perdida e, ao invés de uma transição para uma economia mais inclusiva e sustentável, o Brasil afundará de novo no mesmo velho modelo cujos vícios e defeitos nos trouxeram os problemas que estamos tratando há quinze anos nas colunas para (((o))) eco.

Isso desanima, mas não desistiremos: agora renovada com o apoio dos pesquisadores do GEMA, essa coluna continuará apontando porque esse modelo precisa ser abandonado, e que a transformação da economia através da incorporação dos princípios da sustentabilidade é, mais do que viável, a única forma de alcançarmos a competitividade autêntica que exige o século XXI. Afinal, como cantou Paulinho da Viola, o amor à natureza traz “sempre uma nova esperança que a gente alimenta de sobreviver”.





## Passado sem futuro

*Carlos Eduardo Young e Priscila Geha Steffen*



Desmatamento por queimada, município de Carauari (AM). Foto: Carlos Eduardo Young

Estreamos a coluna em ((o))eco com um desafio interessante. Aliar duas linguagens distintas para transmitir análises completas, mas nem por isso complexas, baseadas na produção acadêmica em economia e outras áreas do conhecimento. Vamos unir a linguagem acadêmica das pesquisas e estudos científicos a uma linguagem jornalística.

Como ponto de partida, podemos lembrar que já se passaram quatro meses desde a tragédia do assassinato da missionária Dorothy Stang. Muita gente que, na época, se indignou com um ato tão covarde e provocador, agora já deve ter engavetado o assunto num daqueles cantos mais remotos das nossas lembranças. Mas ainda assim, os conflitos amazônicos continuam nas

primeiras páginas dos jornais, e a bola da vez é a homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Não vamos discutir agora o que está por trás da confusão armada em torno dessa tentativa de privatização espúria de terras públicas, autêntica “privatária” cabocla manipulada por um conluio de brancos e índios que, para benefício patrimonial próprio, ameaça tanto a preservação da cultura indígena, quanto a rica biodiversidade local – trata-se de uma região de elevado endemismo de espécies de flora e fauna.

Vamos sair um pouco da rotina e nos antecipar para uma provável manchete num futuro próximo: “Desmatamento na Amazônia atinge níveis recordes”. Os dados oficiais do desmatamento ainda não estão disponibilizados, mas há grande consenso entre os especialistas de que a perda de áreas florestadas cresceu consideravelmente nos últimos dois anos. Não será nenhuma surpresa se os dados mostrarem uma grande perda de floresta principalmente onde a produção agropecuária mais avançou, em especial no Mato Grosso.

O que está acontecendo? Nada de novo no front! Aproveitando o baixo custo da terra, expande-se consideravelmente as áreas de plantio ou pastagem, e o resultado sai bonito nas páginas de economia: “Brasil alcança novo recorde na safra de grãos”. Os governos federal e estadual comemoram o aumento das exportações e de arrecadação tributária, prometem novos investimentos para aumentar o “desenvolvimento” da região, o que significa quase sempre mais estradas ou outros meios de baratear o transporte da produção local para o resto do mundo. Alguns menos informados deixam-se levar pela balela de que “o agronegócio está gerando mais empregos no Brasil”. Tudo parece festa na ex-floresta.

Mas as feridas que este processo abre são tão profundas que, em algum momento, acabam vindo à tona. Periodicamente as crises gêmeas causadas por esse processo voltam ao debate público. Por que chamamos de “crises gêmeas”? Porque são manifestações geradas pelo mesmo processo de ocupação da terra (violência rural) e expansão da fronteira agrícola (desmatamento). Será que ninguém se pergunta como foram gerados os sucessivos recordes de produção de grãos? É claro que às custas dos biomas onde essa fronteira se expande, e das populações tradicionais que neles vivem.

O Cerrado é hoje um hotspot – área sob grande ameaça de extinção de espécies –, e o risco agora se estende à Floresta Amazônica. Transformada em latifúndios voltados para a pecuária extensiva ou monocultivo mecanizado, a paisagem perde seu elemento natural sem que o componente humano seja facilmente encontrado – muita destruição para poucos empregos, visto que as atividades “modernas” são poupadoras de mão de obra. Ao elevar o preço da terra nas regiões onde a produção agropecuária prospera, fomenta-se a “produção” de mais direitos fundiários, através da “privatização” de terras públicas visando sua posterior venda. Ou será que alguém ainda acredita que os neoproprietários de Raposa Serra do Sol não estão interessados nos lucros da venda dos lotes que hoje protestam como seus?

É claro que alguns grupos tentam resistir ao processo, mas o lema de que “os incomodados que se mudem” é implacavelmente aplicado, como demonstram as tragédias de Xapuri, Anapu e outras menos célebres, mas não menos dramáticas. O incrível é que, apesar da vasta literatura sobre isso, os responsáveis pela política agrícola do país ainda resistem a aceitar o óbvio.

Um exemplo visível desse comportamento é a análise do Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, sobre o impacto ambiental da expansão da fronteira agrícola. Em entrevista ao jornalista Celso Ming / O Estado de S. Paulo, o ministro disse que “não é o fazendeiro quem destrói a floresta. Quem destrói são as madeiras. O pecuarista e o agricultor chegam depois que está tudo destruído”. Ele também argumenta que isso está baseado em um estudo técnico. “Não sou eu quem está dizendo isso. Esta é a conclusão de estudos feitos pelos economistas do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)”. Ao ser questionado se essa visão era contrária à de uma entrevista sobre o assunto, publicada dois dias antes no mesmo jornal, Rodrigues respondeu: “Ele deve discutir isso com os economistas do IPEA”.

Vamos analisar o que diz o estudo dos economistas do IPEA. O trabalho “Crescimento Agrícola no Período 1999-2004, Explosão da Área Plantada com Soja e Meio Ambiente no Brasil” dos pesquisadores Antonio Salazar Pessoa Brandão, Gervásio Castro de Rezende e Roberta Wanderley da Costa Marques, publicado em janeiro deste ano, analisa o crescimento agrícola brasileiro recente e mostra o grande crescimento da área plantada com grãos, o que aconteceria, em grande parte, devido à expansão da soja. Os pesquisadores admitem também que a tendência recente dos preços

internacionais da soja é declinante, e que a expansão acelerada dos últimos anos teve como uma das causas, problemas conjunturais na safra norte-americana que, uma vez sanados, criaram um excesso de oferta no mercado. Porém, não admitem que a expansão da soja tenha resultado em mais desmatamento no Cerrado sob o argumento de que a rápida expansão da área plantada aconteceu, principalmente, com base na conversão de pastagens para áreas de plantio. As evidências empíricas apresentadas no estudo são insuficientes para comprovar tal tese, e o raciocínio é que o cultivo da soja se dá apenas em áreas já previamente convertidas para pastagens e ainda assim o efeito sobre o desmatamento só seria nulo se as áreas de pastagem diminuíssem na mesma quantidade! Nenhuma das duas assertivas se verifica: um recente estudo do grupo de trabalho sobre florestas do Fórum Brasileiro de Ongs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, demonstra claramente que boa parte da expansão da soja ocorreu em áreas previamente florestadas e área total de pastagens cresceu, como mostram as fotos de satélite da região.

Apesar do argumento que a soja só se expandiu por conversão de áreas de pastagens, como analisa o ministro Roberto Rogrigues, o resultado final foi o deslocamento da pecuária para novas áreas de florestas. A fronteira avançou, e, com certeza, os dólares da exportação de soja contribuíram bastante para isso. O processo é dinâmico, e não podemos observar os agentes isoladamente, parados no tempo. Os lucros são acumulados privadamente, mas os prejuízos são coletivizados. E não será espantoso que, em algum momento do futuro quando a sobreoferta de soja significar uma queda da lucratividade de suas atividades, os fazendeiros batam na porta de seu ministro para pedir subsídios...

Mas alguém tem que levar a culpa, e o papel de vilão identificou-se na figura do madeireiro. Embora sendo uma peça importante, ele não é o “agente solitário” do desmatamento, nem mesmo seu ator principal. Ele atua como o rompedor, atingindo primeiro as áreas de floresta ainda intocadas. As florestas tropicais se caracterizam pela grande diversidade de espécies, com baixa densidade de indivíduos por unidade de área, ao contrário das florestas temperadas, que têm grande homogeneidade. Apenas um número bastante reduzido de árvores desperta interesse comercial ao madeireiro, pois o preço de venda tem que compensar todos os custos envolvidos na extração e transporte das toras até algum lugar de comercialização. Assim, o trabalho do

madeireiro é extrair as espécies que lhe interessam, e acaba derrubando tantas outras pela própria queda da árvore e pelo arrasto até um rio ou estrada, onde a tora será encaminhada ao mercado. Uma vez concluída a extração, ele abandona a área em questão – não exatamente por consciência ecológica, mas porque não faz sentido gastar tempo e dinheiro para derrubar ou queimar árvores que não vão lhe garantir lucro. Caso não haja intervenção posterior, a floresta abandonada acaba se regenerando, pois novas árvores crescerão nas clareiras abertas onde as árvores foram derrubadas.

O principal dano direto causado por essa situação é a alteração da composição da flora, pois as espécies que acabam se regenerando não são necessariamente as mesmas que foram derrubadas. Por exemplo, o mogno é uma espécie de grande dificuldade de regeneração após seu corte, podendo ter a população ameaçada por causa da extração intensa. Mas a floresta não desaparece “sozinha”.

O que determina o fim da floresta é a sua conversão para pastagem ou cultivo, o que requer que a biomassa que não foi extraída pelo madeireiro seja “limpa” (um eufemismo, pois nada mais sujo do que uma floresta recém queimada!). E isso só será feito se houver interesse agropecuário por aquele terreno. Ao contrário do que apregoam alguns, os pequenos produtores são tão ativos quanto os grandes proprietários no processo de conversão. A “produção” de direitos de propriedade nas áreas de “ponta” da fronteira envolve riscos como a violência, doenças pela falta de assistência médica, carência de serviços sociais, isolamento, e o grande produtor comercial não está disposto a encarar – é preferível comprar a terra depois que esses riscos são minimizados, e o pequeno “desbravador” se desloca para novas áreas de floresta a derrubar.

Assim, o madeireiro sozinho não pode ser responsabilizado pelo desmatamento em larga escala, pois sua ação é localizada e seus efeitos temporários. Mas ao abrir os caminhos na floresta para retirada das árvores, acaba criando estradas para a penetração de agricultores e pecuaristas que concretizam o fim da floresta. Vale lembrar que os custos de transporte são determinantes para a rentabilidade das atividades econômicas: ao abrir uma estrada se reduz os custos de extração e transporte da madeira, bem como os custos da pecuária e do cultivo. Estradas são alimentadores deste processo, e

é por isso que os ambientalistas se preocupam tanto com as consequências da abertura ou melhoria de estradas em áreas preservadas.

Outro equívoco dessa análise é supor que o “madeireiro” é uma pessoa diferente do “agricultor” ou do “pecuarista”. Essas três figuras se confundem. Eles podem ser a mesma pessoa, ou atuar de forma combinada. Por exemplo, o pecuarista permite que o madeireiro explore as áreas de floresta remanescente em sua propriedade em troca de “limpeza” de terreno, reforma de pasto ou simplesmente dinheiro. Deve-se sempre ter em mente que, para o agricultor ou o pecuarista, a floresta é um problema e sua eliminação um custo, por isso, um hectare de terra limpa costuma ser mais caro que um hectare de floresta. Portanto, a ação desses agentes é integrada, e culpar isoladamente uma das partes não adianta nada.

Aliás, o excelente artigo de Diogo de Carvalho Cabral, publicado pela revista *Ciência Hoje* (nº 212 – jan/fev/05), mostra que esse tipo de relação vem dos tempos coloniais, e reproduz a triste sina da Mata Atlântica. Examinando a atividade madeireira na província do Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX, mostra que a grande maioria da extração era efetuada pelos próprios produtores agrícolas, numa forma interativa entre os grandes senhores de engenho e os pequenos produtores de subsistência: “No Brasil colonial, salvo raras exceções, o pequeno produtor rural não pode estabelecer um vínculo de cooperação com o ambiente. Não havia tempo para isso, e ele não podia perder nenhuma oportunidade de extrair da natureza qualquer mercadoria que lhe proporcionasse bons rendimentos no momento da troca. Afinal de contas, ele nunca sabia quando o senhor de engenho o expulsaria de suas terras e o deixaria à deriva pelo sertão. Em outras palavras, a extrema instabilidade e precariedade do assentamento parece ter produzido um veículo de saque entre o pequeno produtor de subsistência e o ambiente. O fenômeno da indústria comercial representava, assim, apenas uma manifestação particular dessa relação geral”.

Pena que as mudanças tenham sido tão ínfimas daquela época para hoje...

## A formiga e o trator

Carlos Eduardo Young e Priscila Geha Steffen



Comercialização de produtos da biodiversidade nativa no Mercado Municipal de Manaus (AM). Foto: Carlos Eduardo Young

Você conhece a *Simopelta mínima*? Nós também não. E pior: nem teremos a chance de conhecer. Ela era uma formiguinha da região de Ilhéus, no sul da Bahia, que foi coletada em duas oportunidades e numa única localidade há 15 anos. O que aconteceu? Não é novidade. Essa área natural foi destruída ou, se você preferir, “limpa”, no eufemismo do agrobusiness. Este relato está no excelente trabalho União pela Fauna da Mata Atlântica explicando que “apesar da constante coleta de amostras na região na última década, a espécie nunca mais foi encontrada”. Extinta, sumiu, escafedeu-se, ou seja, nós nunca mais saberemos a história que a *Simopelta mínima* tinha para nos contar.

O drama da extinção dessa formiga seguramente não é único. Os invertebrados recebem menos atenção da opinião pública e até mesmo do meio acadêmico, mas representam mais de 95% de todas as espécies animais

– enquanto o número conhecido de espécies de mamíferos e pássaros está em torno de 5 mil e 10 mil, respectivamente, o de insetos está em torno de um milhão. E o número preciso ainda permanece uma incógnita. Por exemplo, somente agora começaram a ser descobertas espécies de insetos que vivem no dossel das árvores, que possuem microclimas totalmente diferentes das camadas inferiores e, por isso, induz a uma adaptação diferenciada. Isso significa também que não é contado o número de espécies que já desapareceram por causa da perda de habitats. Por acaso do destino, alguém fez a coleta e descobriu a *Simopelta mínima*. Quantas outras espécies não tiveram o consolo de, ao menos, ter seu desaparecimento registrado?

Não pense que isso é um problema restrito aos meios científicos – insetos como as formigas podem trazer inúmeras contribuições para o nosso cotidiano. Por viverem em comunidades muito densas, por exemplo, as formigas acabam produzindo naturalmente substâncias antibióticas que protegem seus ninhos, e que podem ser bastante úteis no desenvolvimento de fármacos. Não sabemos se nossa amiga *Simopelta mínima* produzia alguma substância para sua defesa, mas sabemos que animais peçonhentos, por exemplo, são altamente importantes para a pesquisa médica. O mesmo manual da União pela Fauna da Mata Atlântica também explica que o tráfico de animais para pesquisas (ilegais) de substâncias de valor para as indústrias química e farmacêutica está aumentando consideravelmente.

Por enquanto, o destaque ainda permanece com os vertebrados: “Só o mercado mundial de anti-hipertensivos movimenta cerca de 500 milhões de dólares por ano. O princípio ativo desses medicamentos é extraído de serpentes brasileiras, como a jararaca (*Bothrops jararaca*), que tem o grama de seu veneno cotado a U\$ 433”. Mas com o avanço científico, não há dúvida que descobertas semelhantes também sairão dessas pequeninas criaturas que desde criança aprendemos a encarar como “animais nocivos ao homem”, e estamos destruindo um precioso estoque potencial de bem-estar para as próprias sociedades humanas sem mesmo saber que eles existem...

No mesmo dia em que ficamos sabendo do infortúnio de nossa formiguinha, estava no jornal que o Presidente da República cedeu ao “tratoração” do lobby ruralista – uma manifestação organizada pelas associações patronais da agricultura que ameaçou invadir o Palácio do Planalto com tratores – e estabeleceu uma série de concessões ao setor rural.



O que isso tem a ver com o desaparecimento de espécies como a *Simopelta*? Por incrível que pareça, tudo!

O “tratoração” conseguiu, entre outras coisas, 3 bilhões de reais para renegociar as dívidas dos agricultores. Entre os argumentos utilizados está a queda de preços dos produtos agrícolas. Mas isso acaba realimentando a política autofágica de expansão ilimitada da oferta: o governo incentiva o aumento da produção por uma série de políticas, inclusive as recentemente propostas, e pela velha lei da oferta e da procura, o preço acaba caindo. Os lucros, antes elevados, diminuem até chegar no vermelho. Aí funciona uma outra velha lei, mais específica do capitalismo brasileiro: o lucro é privado, mas o prejuízo é coletivo.

É importante lembrar que não somos contra a agricultura e os agricultores – acreditamos firmemente na importância econômica e social desse setor. Não é errado o governo incentivar a atividade produtiva – muito mais saudável do que manter o parasitismo dos que vivem das “tetas gordas” dos juros da dívida pública (a consequência ambientalmente perversa das altas taxas de juros é assunto para outra coluna). O problema é o modelo adotado para incentivar o setor: ao invés de trabalhar para aumentar a quantidade de grãos via expansão da fronteira, que acaba sempre resultando na queda de preços, seria mais inteligente incentivar a produção diferenciada, onde se pode agregar mais valor aos produtos. É o caso dos produtos orgânicos, que além de gerarem mais valor por unidade, empregam mais gente no processo produtivo.

O mesmo raciocínio serve para a discussão dos organismos geneticamente modificados (OGMs). Como o exemplo da soja: ao invés da estratégia de baratear os custos de produção pela adoção de sementes geneticamente modificadas e, assim, vender a soja ao preço mais baixo possível, podemos conquistar os mercados emergentes dos consumidores exigentes que, provavelmente, estarão dispostos a pagar mais por um produto natural, livre de manipulações em seu DNA. O consumidor europeu ainda vive o trauma da síndrome da vaca louca: até 1995, o Governo Britânico jurava de pé junto que não havia evidência científica que a doença poderia ser transmitida aos seres humanos.

Um argumento semelhante dos pró-OGM: não há problema em consumi-los, enquanto não se descobrir se fazem mal ou não. Teve até um Ministro da

Agricultura na TV, na época, dando um hambúrguer para sua filhinha para mostrar que não havia nada de errado (bom, é melhor não dar ideias assim pro Ministério brasileiro...). Até que um belo dia a suspeita se transformou em proibição de importação de carne bovina britânica, e a pecuária de Sua Majestade foi parar no brejo.

Vale lembrar o que disse Paulo Choji Kitamura, Chefe-Geral da Embrapa Meio Ambiente, durante o VIII Congresso Brasileiro de Defesa do Meio Ambiente no mês de junho: “A produção agrícola brasileira pode continuar aumentando sem derrubarmos uma única árvore a mais”. Ele estava ressaltando, além dos ganhos de produtividade, a enorme quantidade de terras que já foram desmatadas e que são mal empregadas ou simplesmente abandonadas. Mas no mundo das decisões políticas, que contraste... O Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), maior levantamento de informações sobre a agricultura no Brasil, corre o sério risco de não ser mais realizado por falta de verbas (em economês, contingenciado para aumentar o superávit primário). Quer dizer, para fazer o principal estudo sobre o que está acontecendo no campo brasileiro – inclusive identificando as áreas ociosas ou mal aproveitadas – não tem dinheiro, mas para outras coisas...

E as formigas? A maioria das espécies desaparece anonimamente quando seus habitats naturais são destruídos. No Brasil do século 21, isso ainda é chamado pelo eufemismo de “alargamento da fronteira de produção”. Mas todo mundo conhece mesmo pelo seu nome popular: desmatamento. Provavelmente a *Simopelta mínima* desapareceu do sul da Bahia quando a crise do setor cacauero levou ao desaparecimento do sistema agroflorestral da cabruca, no qual o cacau era plantado sem a remoção da Mata Atlântica. Essas áreas passaram a ser convertidas para pecuária ou cultivo, e por isso essa região acabou sofrendo taxas altíssimas de desmatamento. Sem dúvida nenhuma, eis o principal suspeito para o desaparecimento de nossa formiga.

Se La Fontaine tivesse baseado sua fábula na *Simopelta mínima*, escreveria “era uma vez uma formiga...”, e teria parado por aí mesmo.

## Enquanto o PAC engorda, gastos ambientais estão estagnados

*Carlos Eduardo Young*



Bando de trinta-réis-grande (*Phaetusa simplex*) sobre a placa de sinalização da Hidrovia do Rio Paraguai, no município de Cáceres (MT). Foto: Carlos Eduardo Young

Há grande carência no Brasil de estatísticas sobre gastos ambientais, tanto no setor privado quanto no público, seja federal, estadual ou municipal. O IBGE costumava publicá-los, mas parou em 2002. Restou aos acadêmicos reconstruí-los por si mesmos e foi o que fizemos para os gastos ministeriais na pesquisa\* resumida nessa coluna. As descobertas não foram alentadoras: o valor absoluto dos gastos do Ministério do Meio Ambiente está, na prática, estagnado desde 2000. E, pior, como proporção dos gastos diretos dos ministérios ligados à infraestrutura caiu de 5% para 2% do total.

Basta olhar para o gráfico, abaixo, para ver que segue reta a linha verde, que representa os gastos do Ministério do Meio Ambiente entre 2000 e 2010. No mesmo período, os gastos do Ministério dos Transportes (linha azul) e

das Cidades (linha vermelha) partem de um nível bem mais alto e continuam subindo.

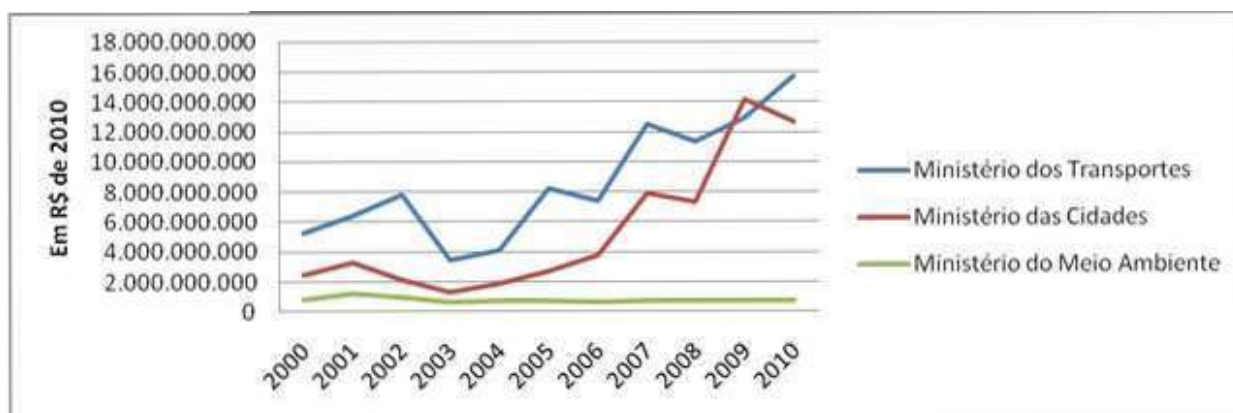


Gráfico 1. Despesas Discricionárias (Executadas) Totais

## O PAC

As despesas federais diretas em infraestrutura envolvem o Ministério das Cidades, Transportes, Comunicações, Integração Nacional, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e Minas e Energia. Como proporção a esse grupo, os gastos do Ministério do Meio Ambiente caíram de 5% para 2% em apenas seis anos, entre 2004 e 2010.

O culpado parece ser o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). A partir de 2007, os gastos com infraestrutura se aceleraram.

Os projetos do PAC incrementam as pressões ambientais e, logo, a demanda por recursos para o controle ambiental desses empreendimentos. Era de se esperar que o gasto em controle ambiental crescesse, ao menos, na mesma proporção que as despesas do setor de infraestrutura. Contudo, enquanto os gastos em controle e preservação ambiental estagnaram, os outros cresceram. Como mostra a tabela, o total gasto pelo Ministério dos Transportes aumentou quase quatro vezes, e o total do Ministério das Cidades subiu acima de seis vezes.

A conclusão é que a qualidade da proteção ambiental deve ter caído, e que os novos projetos nos reservam, no futuro, problemas ambientais sérios.

**Evolução das despesas discricionárias dos Ministérios dos Transportes, Cidades e Meio Ambiente, 2007-2010**

	2007 (em R\$ de 2010)	2010 (em R\$ de 2010)	Varição
Ministério dos Transportes	4.096.201.347	15.664.567.290	282%
Ministério das Cidades	1.887.381.270	12.653.686.393	570%
Ministério do Meio Ambiente	660.043.219	694.434.147	5%

**Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento**

## **Estradas**

A literatura sobre determinantes do desmatamento aponta que a abertura ou pavimentação de estradas é o fator mais importante para explicar perdas em florestas nativas. Espera-se, portanto, que haja uma expansão significativa das pressões de desmatamento após a conclusão das obras de estradas beneficiadas pelo PAC que cortam áreas hoje ainda bastante preservadas (por exemplo, o asfaltamento da BR 163 Cuiabá-Santarém, ou da BR 319 Manaus-Porto Velho).

A estratégia de defesa da floresta adotada pelo Governo Federal foi a criação de novas Unidades de Conservação, especialmente nas áreas onde se espera mais pressões de desmatamento. Porém, não houve aumento dos recursos para protegê-las, como se pode observar nos gastos dos itens preservação e controle ambiental (Gráfico 2).

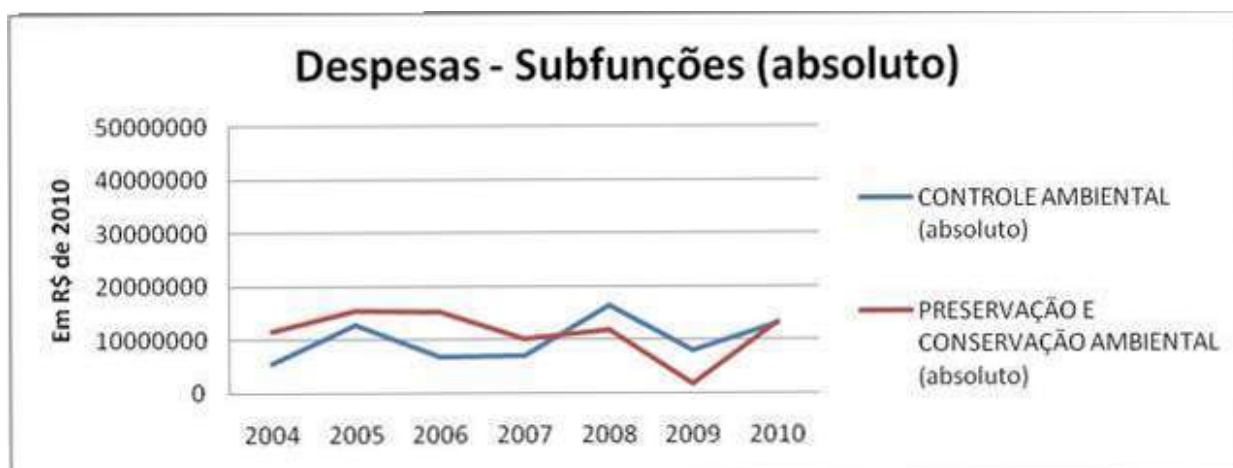


Gráfico 2. Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento

Essa análise utilizou apenas dados referentes ao Governo Federal, mas a literatura aponta que a situação na maioria dos estados e municípios é semelhante. Nesses casos, é muito mais difícil fazer o acompanhamento dos gastos ambientais, apesar de proporcionalmente serem as esferas locais as que mais gastam em meio ambiente (Young e Roncisvalle 2002; Lemos et al. 2005). Em outras palavras, a situação pode ser ainda pior.

Essa coluna foi escrita baseada no texto “Evolução recente das despesas ambientais do governo federal brasileiro”, de Carlos Eduardo Young (professor associado do Instituto de Economia da UFRJ) e André Santoro (acadêmico do Curso de Ciências Econômicas do IE/UFRJ)

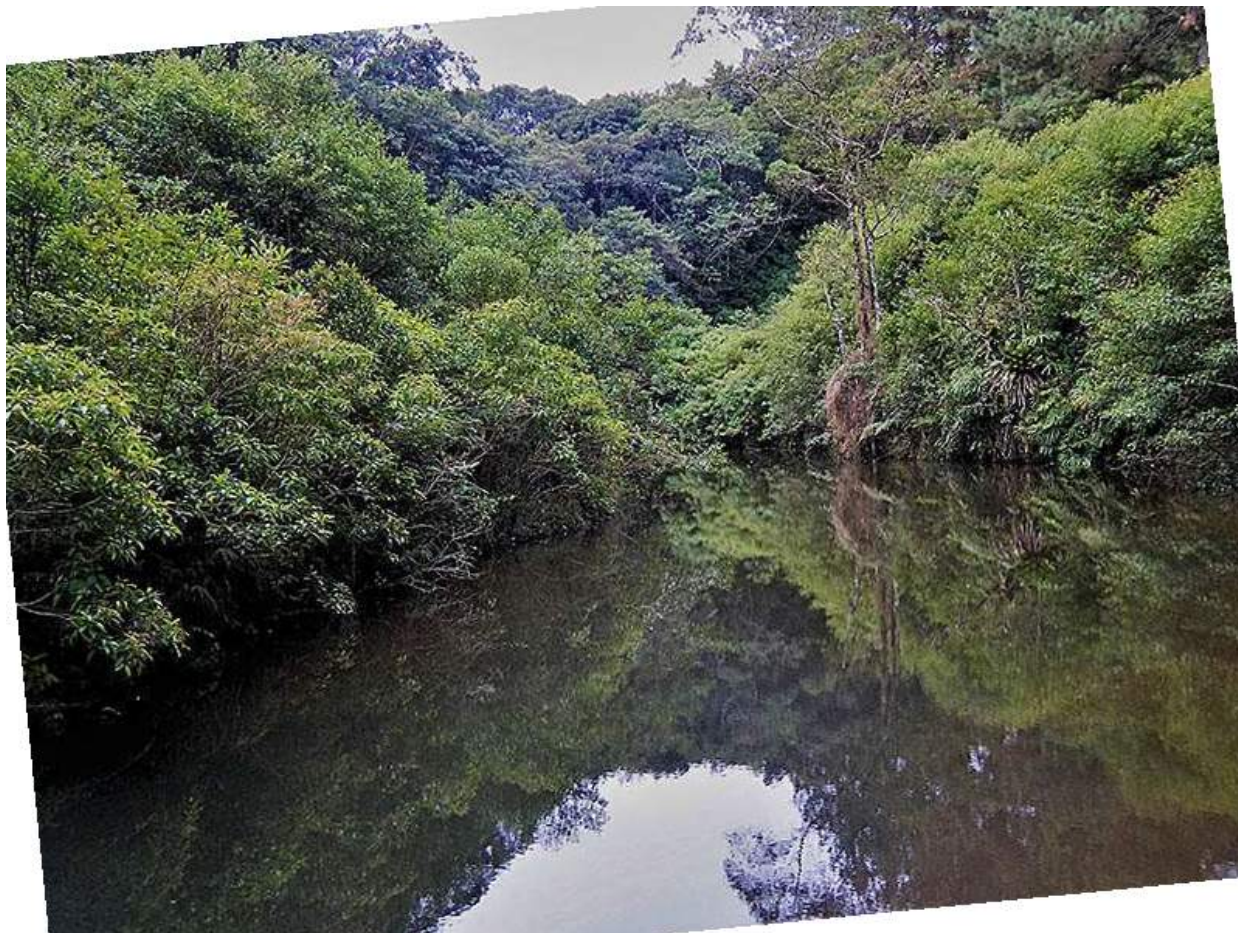
#### Referências:

LEMOS, R.; YOUNG, C. E. F.; GELUDA, L. 2005. *Orçamento Público para Gestão Ambiental: uma análise voltada para áreas protegidas*. III Simpósio de Áreas Protegidas. Universidade Católica de Pelotas.

YOUNG, C.E.F.; Roncisvalle, C.A. (2002). *Expenditures, investment and financing for sustainable development in Brazil*. Santiago de Chile: CEPAL.

## **Código Florestal: Relatório de Viana desperdiça boa ideia**

*Carlos Eduardo Young*



Floresta de Mata Atlântica em propriedade particular beneficiada pelo Programa Oásis de Pagamento por Serviços Ambientais, no município de São Paulo (SP). Foto: Carlos Eduardo Young

O avanço do Relatório do Senador Jorge Viana está na explicitação de incentivos econômicos para a conservação florestal, incluindo a exploração de produtos florestais. Mas, do ponto de vista econômico, a pergunta é saber se esses instrumentos são compatíveis com a flexibilização do desmatamento, conforme aprovado pelo Senado. Infelizmente a resposta é não. A proposta de Código Florestal aprovada pelo Senado é melhor do que a aberração que saiu da Câmara dos Deputados, mas as mudanças introduzidas são ainda insuficientes para garantir o futuro das florestas brasileiras.

As contradições jurídicas e éticas da proposta do Senado mostram que, especialmente, precisam ser revistos a eliminação da data limite de 22 de julho de 2008 como linha de base para aceitação de desmatamentos antigos, e impedir que ocorra um perdão generalizado para os desmatamentos e excessiva flexibilização no atendimento de Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais. Uma boa síntese dos problemas que persistem estão apresentados na entrevista de Tasso Azevedo para Miriam Leitão (Globonews Espaço Aberto) e no artigo de José Eli da Veiga no Valor Econômico.

### **Incentivos Econômicos**

Os incentivos econômicos ajudam desde que seja atendido o Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) e garantida devida fiscalização, e a possibilidade de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSAs). Segundo o Relatório, as fontes de financiamento para os pagamentos por serviços ambientais incluem recursos diretos a serem cobrados pela exploração de recursos naturais, como: a cobrança pelo uso e distribuição da água, geração e transmissão de energia hidrelétrica, isenções fiscais e comercialização de créditos de carbono e de créditos de compensação, recuperação ou reposição de Reserva Legal e Áreas de Proteção Permanente.

A origem do equívoco é supor que os instrumentos econômicos para a gestão ambiental são substitutos dos mecanismos de comando e controle, quando na verdade são complementares. Em outras palavras, os instrumentos econômicos são eficientes para flexibilizar o atendimento das normas ambientais, mas não podem ser efetivos se essas normas são descumpridas, por falta de fiscalização ou punição para quem não as respeita. A literatura sobre o assunto é clara em apontar que um sistema de Pagamento por Serviços Ambientais só irá funcionar se houver:

- recursos financeiros para induzir a reposição florestal em propriedades privadas,
- penalização para quem não esteja disposto a cumpri-las.

Nos termos aprovados pela plenária do Senado, não há razão para crer que nenhuma das condições será atendida.



## **Cortes do orçamento ambiental**

Em primeiro lugar, como aponte em minha última coluna, é nítido a queda de orçamento federal para a área ambiental. Assim, o aumento de necessidades de gasto público implícito na proposta – para fiscalização e pagamento a proprietários rurais para a conservação florestal – exigiria uma reversão do declínio orçamentário do gasto ambiental em uma dimensão que certamente não seria aceita pelo Executivo Federal, que nitidamente desconsidera a agenda verde como prioritária.

O mesmo tipo de problema ocorrerá com as isenções tributárias previstas: a Receita Federal é clara em rejeitar o aumento de subsídios fiscais, aceitando apenas que parte dos subsídios já existentes seja redirecionada para novos fins. Isso é tecnicamente possível, como argumenta o ex-Ministro do Meio Ambiente José Carlos Carvalho: basta redirecionar o atual subsídio do crédito rural de modo a que apenas os proprietários com práticas adequadas recebam o incentivo, como aliás já é estabelecido por resolução (não cumprida) do Conselho Monetário Nacional. Mas é pouco provável que Kátia Abreu, Aldo Rebelo e o resto do lobby ruralista que domina o Congresso Nacional aceite a ideia de limitar o principal subsídio do setor a apenas os que protegem as florestas, ainda que o volume de recursos total não diminua.

## **Pagamento por serviços Ambientais**

O outro caminho apontado é o da destinação de parte da cobrança de utilidades públicas para financiar os proprietários que conservem florestas. Contudo, a resistência dos potenciais pagadores da conta deverá ser também grande.

O setor elétrico é a menina dos olhos da Presidente Dilma, e em um contexto de desaceleração econômica, os Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia reagirão contrariamente ao aumento dos custos da eletricidade, mesmo que o argumento seja correto – o setor tem que pagar pelas

externalidades que gera. Idem caso o alvo seja os royalties do pré-sal, cuja disputa pela partilha é feroz muito antes de se concretizarem.

Um caminho mais fácil para conseguir os recursos necessários para pagar pelos serviços ambientais das florestas privadas é pela efetivação da cobrança pelo uso da água, conforme prevê a Lei 9433/1997. Experiências piloto implementadas por programas como o Projeto Oásis, Mina D'Água e Produtores de Água, que já pagam pela conservação florestal em propriedades rurais, têm resultados positivos.

Contudo, para que essa prática ganhe a escala necessária para implementação nacional, é preciso que o maior consumidor de água esteja disposto a pagar por isso. E adivinha quem é esse consumidor? O próprio setor agropecuário, que insiste no lema de que “não vamos pagar nada”. Se a cobrança pelo uso da água continuar restrito aos consumidores industriais e urbanos, o alcance dos incentivos ao reflorestamento vai ficar restrito a um conjunto limitado de bacias hidrográficas próximas às principais cidades, pois os recursos da cobrança devem ser alocados pelos próprios comitês de bacia, deixando a grande maioria dos estabelecimentos agropecuários de fora.

### **Fraqueza dos mecanismos**

Resta, por fim, os mecanismos de créditos transacionáveis, de carbono ou de reposição de reserva legal. Porém, os mercados que comercializam esses créditos são caracterizados por uma fortíssima dependência da cobrança governamental: não se trata de um mercado de mercadorias convencionais, mas sim da flexibilização no atendimento de uma norma legal. Ninguém demanda um crédito de carbono por si mesmo, a não ser que seja obrigado a atender uma meta de emissão, cujo esforço de cumprimento é mais caro do que o valor a ser pago para que terceiros façam essa redução.

Isso explica porque o mercado de carbono entrou em um declínio tão vertiginoso: como no Protocolo de Quioto apenas uma parte pequena dos emissores tem obrigações de controlar suas emissões (a maioria dos principais emissores, como EUA, China, Índia e Brasil, ficaram de fora), e a crise financeira reduziu significativamente os preços dos ativos e a demanda

energética (logo, a necessidade de créditos), os preços dos créditos de carbono estão no seu nível historicamente mais baixo.

O mesmo irá acontecer com as cotas florestais: é muito boa a ideia de um mercado de comercialização de cotas florestais onde o déficit de reserva legal de uma propriedade pode ser compensada por outra que seja superavitária. Mas a velha lei de oferta e demanda diz que se houver excessiva flexibilização na oferta de áreas consideradas aptas para a compensação (por exemplo, aceitando-se plantações de espécies exóticas ou propriedades em outro bioma), e excessivo afrouxamento na cobrança do desmatamento (com anistias, abrandamentos e todas as exceções de cobrança que estão penduradas na proposta do Senado), faltará estímulo para que um proprietário esteja disposto a pagar a outro para que aumente sua área de floresta em pé.

A situação é agravada pelo estabelecimento de uma data arbitrária para limites de desmatamento (2009) que, além de reduzir a demanda por créditos de compensação florestal, impossibilita mecanismos de redução de emissões de carbono por evitar desmatamento (previstos no REDD), visto que é incompatível com as linhas de base aceitas no Protocolo de Quioto e demais acordos climáticos (1990 ou 1995).

Portanto, caso correções significativas não sejam introduzidas na proposta de mudança do Código Florestal, o destino dos incentivos econômicos para a conservação florestal será muito parecido com o do Protocolo de Quioto: uma boa idéia desperdiçada pela forma equivocada de implementação.

# Fundamentos de uma política econômica verde para mudar o Brasil

*Carlos Eduardo Young*



Obra de construção de reservatório de água pluvial para amortecer eventos extremos de chuva, município do Rio de Janeiro (RJ). Foto: Carlos Eduardo Young

O atual debate em torno da campanha eleitoral abre uma oportunidade única para introduzir princípios de sustentabilidade na política econômica brasileira. Por isso, é preciso falar mais sobre Economia Verde e seu potencial para a inclusão social e geração de renda e empregos, e sair da mediocridade que até agora tem pautado a agenda do debate.

Muita fumaça foi feita em torno das propostas de política monetária dos principais candidatos à eleição presidencial. Mas apesar do esforço retórico de diferenciação, todos propõem basicamente a mesma coisa: “flexibilidade da taxa de câmbio em patamares compatíveis com as condições estruturais

do País” e “inflação baixa e estável”, com “rigor da gestão fiscal”, através de “uma política macroeconômica sólida, intransigente no combate à inflação”. As expressões acima foram copiadas das linhas gerais de programa de Dilma Rousseff, mas termos semelhantes encontram-se também nos programas de Marina Silva e Aécio Neves. Mesmo a pretensa polêmica sobre a independência ou autonomia do Banco Central, também há consenso em manter o que tem sido praticado há bastante tempo por tucanos e petistas: seja quem for o eleito, o próprio Banco Central já antecipou sua linha de atuação para o próximo ano, de juros altos e contenção monetária, ao avisar que a inflação deverá estar acima do desejado (“centro da meta”) até pelo menos 2016.

Isso caracteriza 2015 como um ano difícil, com simultaneidade de pressões inflacionárias, por causa da necessidade de reajuste dos preços artificialmente represados pelo governo (como os de energia elétrica e combustíveis), e baixa atividade econômica, o que explica o pessimismo empresarial e elevação recente do desemprego.

### **Crescendo errado**

Por isso, o debate sobre as propostas de política econômica dos candidatos deve se focar na política fiscal e políticas setoriais onde, a meu ver, as diferenças podem ser muito mais marcantes. Em termos mais gerais, a questão é se o atual modelo deve ser continuado e aprofundado, ou se devemos buscar um modelo alternativo, o que na minha opinião é a proposta da Economia Verde.

Em primeiro lugar, deve-se notar que o baixo crescimento do Governo Dilma não é homogêneo, mas concentrado em alguns setores. Tomando como referência a série do PIB trimestral com ajuste sazonal, é evidente que a indústria de transformação apresentou o pior desempenho entre os setores econômico diminuindo 4,3% entre o segundo trimestre de 2014 e o último trimestre do Governo Lula (outubro-dezembro de 2010), enquanto que o PIB cresceu 4,6% no período. É nítida, portanto, a necessidade de reversão radical da política do setor, a fim de estancar a desindustrialização do país.

Outro setor com desempenho negativo foi a construção civil, que encolheu 1,2%, a despeito de todos os incentivos ao setor criados pelas obras

públicas ligadas ao PAC e às obras para a Copa do Mundo. Ou seja, o desempenho do setor sem os incentivos diretos custeados pelo Governo Federal seria ainda pior. A retração da indústria e da construção civil, mais o clima de pessimismo, levaram à retração no investimento produtivo: no segundo trimestre de 2014, a formação bruta de capital fixo foi 6,2% menor do que último trimestre do Governo Lula.

Por outro lado, no mesmo período de comparação, os “campeões” do Governo Dilma foram comunicações (15,6%), eletricidade e serviços industriais (10,5%) e agropecuário (10,4%). O primeiro está relacionado à expansão global das novas tecnologias de informação, o segundo demonstra a dependência crescente da economia aos investimentos públicos, e o terceiro é consequência da regressão contínua do Brasil a um país exportador de matérias primas. Outro setor que cresceu acima do PIB foi a indústria extrativa mineral (5,6%) que, junto com os produtos agropecuários, ocupa espaço cada vez maior na pauta de exportação brasileira. Deve-se notar que os produtos industriais “sobreviventes” são justamente os mais intensivos em emissões de poluentes, indicando que o Brasil é cada vez mais um “garimpo de recursos naturais” e “refúgio de poluição” no comércio internacional, e nítida retração em produtos de maior conteúdo tecnológico.

Essa dependência aumentará ainda mais se a mola mestra da economia brasileira for a exploração de petróleo do pré-sal e a expansão da fronteira agrícola por mais desmatamento. O acirramento de conflitos ambientais será inevitável caso haja continuidade desse modelo, mas o problema do desemprego tampouco será solucionado: a indústria extrativa mineral possui baixíssima demanda de mão de obra por unidade de valor gerado e, a despeito de seu crescimento acima da média do PIB, o setor agropecuário brasileiro emprega cada vez menos – segundo os dados mais recentes das Contas Nacionais (IBGE), a agropecuária era responsável por 24,6% das ocupações no período 1995/99, mas esse número caiu para 16,1% no período 2005/2009.

Mais: é muito arriscado, no mínimo, a aposta do petróleo como alavancador da economia brasileira em um momento em que governos e empresas das principais economias mundiais são cada vez mais pressionados para consumir cada vez menos combustíveis fósseis. Deve-se notar que tais pressões já deixaram há muito de serem exclusivas de grupos ambientalistas,

e o próprio mercado financeiro começa a alertar investidores de longo prazo sobre o risco de excesso de valorização das reservas de petróleo, conhecido como “bolha de carbono”.

### **Existe uma opção verde**

Mas como é possível uma guinada na direção de uma economia verde? Através de um redirecionamento dos incentivos governamentais para setores identificados com a transição para o baixo carbono e pela adoção de princípios tributários que onerem os responsáveis pelo uso predatório dos recursos naturais e do meio ambiente. Ou seja, a economia verde surge como um caminho possível, mas não automático, para o desenvolvimento econômico, onde a inclusão social e a conservação do meio ambiente atuam como motores, em vez de obstáculos, para níveis mais altos de atividade e bem-estar, induzida por políticas específicas.

Em termos concretos, essa transição passa pela mudança das políticas setoriais em todas as áreas, incluindo:

1. Mudança de prioridade na política industrial, em particular na ação do BNDES e demais financiadores públicos, na direção de setores e atividades com maior conteúdo tecnológico, potencial de emprego e menor impacto ambiental.

2. Mudança de prioridade na política energética, com maior ênfase nas energias renováveis (biocombustíveis, bioeletricidade, eólica e fotovoltaica), redimensionamento dos projetos hidrelétricos para empreendimentos de menos impacto socioambiental, eficiência energética e, no caso dos hidrocarbonetos, privilegiar o gás natural como combustível de transição para uma economia de baixo carbono, inclusive por ser muito mais eficaz na geração de empregos.

3. Mudança de prioridade na política agrícola, com maior ênfase no incremento da produtividade por unidade de área, com especial ênfase na agropecuária, na produção familiar e na agricultura de baixo carbono, que são muito mais intensivas em mão de obra e permitem a expansão do valor adicionado do setor em um contexto de desmatamento zero.

4. Mudança de prioridade nos investimentos públicos em infraestrutura, com especial ênfase na reconstrução dos espaços urbanos através de soluções sustentáveis, tanto no que diz respeito a moradias quanto ao equipamento urbano (principalmente transporte público, saneamento e disposição de resíduos), em projetos inclusivos tanto pelo alto poder de geração de empregos quanto pela melhoria na qualidade de vida das populações urbanas e peri-urbanas.

5. Mudança de prioridade nas políticas de desenvolvimento agrário, com aceleração na garantia de direitos fundiários e extensão rural para pequenos produtores e comunidades tradicionais, com sólido investimento para o fomento de práticas sustentáveis de agricultura e extrativismo (incentivo ao associativismo, assistência técnica, crédito, preços mínimos e políticas de compras garantidas pelo poder público), bem como pagamento por serviços ambientais aos produtores e comunidades que atendem aos princípios de sustentabilidade.

## **Incentivos**

É claro que essas mudanças requerem fontes de financiamento. Isso pode ser obtido pela alteração nos atuais desembolsos em megaprojetos, de resultados econômicos e socioambientais extremamente controversos (por exemplo, apoio à Usina de Belo Monte, ao Porto do Açu e afins), e pela efetiva implementação dos princípios do Protocolo Verde no financiamento público a projetos. Seletividade deve ser essencial para que os beneficiários do crédito público sejam agentes econômicos de transformação para um país mais sustentável, e deve-se parar com a sangria de recursos públicos para subsidiar atividades que geram grandes externalidades negativas, como automóveis particulares, o consumo excessivo de energia e crédito agrícola para produtores que não estejam dispostos a se adequar à legislação florestal.

Por fim, deve-se iniciar no Brasil a prática de cobrança das externalidades negativas, o famoso princípio do poluidor-usuário pagador. Além de fonte de financiamento para atividades limpas, essa é uma forma de justiça social pois impede que haja apropriação do meio por poucos em detrimento das populações mais pobres, que são as que sofrem com os problemas de saúde,



mobilidade, desastres climáticos e outras formas de qualidade de vida resultantes da poluição e outras formas predatórias de uso do meio ambiente.

## Proposições de economia verde para sair da crise

*Carlos Eduardo Young e Marcio Alvarenga Junior*



Barco para turismo e pesca esportiva no Rio Paraguai, município de Poconé (MT).  
Foto: Carlos Eduardo Young

O momento crítico causado pela pandemia de COVID-19 reafirma o antigo ditado de que grandes crises também geram novas oportunidades. A necessidade de fomentar ações para ativar o emprego e a geração de renda cria uma oportunidade única para a adoção de soluções sustentáveis como elemento dinamizador da economia.

As sucessivas crises econômicas demonstraram a incapacidade do modelo liberal em resolver a instabilidade do capitalismo globalizado inerente ao atual século. Por isso, ganha corpo a ideia de uma nova agenda para a economia, acoplando a superação da recessão com a transição para o desenvolvimento sustentável. Propostas como Green New Deal, Economia Verde e Big Push Ambiental ganharam terreno e centralidade no debate político. Não são programas ou planos de ação detalhados mas diretrizes para viabilizar a recuperação pela transformação da economia com incorporação dos princípios de sustentabilidade.

Essas propostas têm uma raiz fortemente keynesiana, na medida em que propõem incentivos a gastos sociais e ambientais, sobretudo voltados à crise climática, como forma de reativar a economia. Contudo, inovam ao impor a seletividade na escolha dos setores e agentes a serem beneficiados: não se pode apoiar qualquer tipo de gasto ou ação que aumente o emprego, mas apenas aqueles que também contribuam para conservação ambiental e inclusão social.

A proposição é de mudança estrutural da economia, e não simplesmente reativar níveis anteriores de crescimento econômico. Atividades intensivas em conhecimento e baixo impacto ambiental devem ganhar espaço em detrimento dos setores intensivos em recursos naturais, energia e emissão de poluentes.

A transição para uma economia sustentável não ocorre espontaneamente, mas precisa ser induzida por políticas públicas ativas e coordenadas com o setor empresarial e a sociedade civil. Logo, é necessária a participação ativa do Estado como coordenador, seja promovendo diretamente os investimentos necessários à essa transição, seja implementando políticas para incentivar o investimento privado em setores com baixa pegada ambiental. Isso requer a definição de critérios objetivos de sustentabilidade e métricas de seu desempenho, bem como capacitação técnica dos gestores envolvidos na tomada de decisões, com treinamento, disponibilidade de recursos e, sobretudo, motivação.

A iniciativa privada, motor da atividade produtiva, deve receber estímulos diretos para as áreas prioritárias. Mas incentivos devem ser cortados para o que é contraditório à sustentabilidade. Portanto, além de programas de geração de emprego, deve-se investir no treinamento e qualificação da mão de obra para uma economia verde.

A tributação deve ter como pilar central a internalização dos custos sociais das ações privadas (princípio do poluidor pagador), através da taxação de poluentes e atividades predatórias, como a produção agropecuária em áreas recém desmatadas. O caráter progressivo da tributação também deve ser ressaltado, de modo a enfatizar seu caráter redistributivo em favor da inclusão social.

Um exemplo dessa mudança de prioridade refere-se à política fiscal para a agricultura. Incentivos e subsídios devem ser concentrados nas práticas

sustentáveis, como agricultura de baixo carbono, produção orgânica e pecuária de baixo impacto ambiental. Também deve-se privilegiar a agricultura familiar, que é quem mais emprega e alimenta os brasileiros. Por outro lado, deve-se interromper imediatamente os diversos subsídios destinados à produção que desemprega, desmata ou intensifica o uso de agrotóxicos.

Essa engrenagem requer uma maior participação do Estado, em função da prerrogativa de planejar e regular a economia. É fundamental abandonar as restrições absolutas ao gasto público, como estabelecidas pela Emenda Constitucional n.º 95, e estabelecer formas mais inteligentes de controle, cortando o que deve ser evitado mas aumentando o que precisa ser estimulado.

É evidente que o Governo Federal não irá se envolver nesse projeto de modernização enquanto durar o atual mandato presidencial. Mas há bastante espaço nos Governos Estaduais e Municipais para ações de esverdeamento da economia. Também há crescente envolvimento dos Poderes Legislativo e Judiciário nessas questões. Isso é reflexo de transformações da sociedade, e parte do empresariado nacional já percebeu que, para manter-se competitivo, é preciso um forte comprometimento socioambiental das empresas.

Enfim, apesar das evidentes dificuldades, há também oportunidades para a saída da crise pela transição rumo à uma economia mais eficiente no uso dos recursos, mais inclusiva socialmente e com maior atenção à proteção do meio ambiente. A eclosão da crise econômica provocada pela COVID 19 abre uma janela de oportunidades para repactuarmos a nossa sociedade na direção de um modelo de desenvolvimento econômico sustentável, mais inclusivo e socialmente justo. Os desafios são enormes, especialmente por causa dos passivos históricos, como a exclusão social, a desigualdade, e insuficiência dos serviços públicos. As soluções para essas questões devem explorar ao máximo as sinergias entre a conservação e recuperação ambientais, a retomada da atividade econômica e a redução das disparidades sociais. Como disse Keynes, a verdadeira dificuldade não está em aceitar novas ideias mas em escapar das velhas.

## **SOBRE OS AUTORES**

**Carlos Eduardo Frickmann Young** (organizador) é professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ), onde coordena o Grupo de Economia do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (GEMA/IE/UFRJ). Professor colaborador dos Programas de Pós Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Mato Grosso (PPGCA/Unemat) e Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGCASA/Ufam). Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT/PPED).

**Priscila Steffen** é paranaense, radicada no Rio de Janeiro, e jornalista dedicada à comunicação ambiental desde 2004. Já percorreu muitos quilômetros pelo Brasil contando histórias da relação das pessoas com a ciência e a conservação da natureza por meio do audiovisual e de conteúdos digitais. Já trabalhou como repórter e roteirista do programa Globo Ecologia, como repórter no Canal Futura e atualmente é gerente sênior de comunicação na organização ambiental Conservação Internacional (CI-Brasil).

**Marcio Alvarenga Junior** é doutorando do Programa de Pós Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRJ) e pesquisador do Grupo de Economia do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (GEMA/UFRJ).